



O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, através da COPEL – COMISSÃO DE PERMANENTE DE LICITAÇÃO, e da Pregoeira, designada pela Portaria Nº 002/2017, torna público, para conhecimento dos interessados que, na data e horário abaixo indicados, fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **Registro de Preços**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, em Sessão Pública Virtual, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, que será regida pela Lei Nº 10.520, de 17/07/2002, Decretos Municipais Nº 2413/2006 e 2.356/2005 e subsidiariamente, pela Lei Federal Nº 8.666 e Lei Complementar Nº 123/06, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ASSEGURAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS DEPENDÊNCIAS DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHA ANEXO NESTE EDITAL.**

**Recebimento das Propostas de Preços:** até às 08:00 horas do dia 19/11/2021.

**Abertura das Propostas:** Às 08:00 minutos do dia 19/11/2021.

**Início da Sessão de Disputa de Preços:** Às 09:00 horas do dia 19/11/2021.

**Local:** [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). (ID 904600).

### **1. DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ASSEGURAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS DEPENDÊNCIAS DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHA ANEXO NESTE EDITAL.**

- a) Anexo I – Modelo de Declaração de existência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação;
- b) Anexo II – Modelo de Declaração de Inexistência, em seu quadro de pessoal, de empregado nos termos do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e Lei Nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Nº 4358/02;
- c) Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV – Planilha Discriminativa;
- e) Anexo V – Termo de Referência;
- g) Anexo VI – Modelo de Apresentação de Impugnação ou recurso.

### **2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 2.1. A Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas utilizará o Portal do **Pregão Eletrônico do Banco do Brasil S/A**, para a realização desta Licitação, conforme Convênio de Cooperação Técnica;
- 2.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira designada pela Portaria Nº 002/2017, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o site **[www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)**;
- 2.3. Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília (DF) e, dessa forma, serão registradas no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao Certame.

### **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 3.1. Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;
  - 3.1.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de Habilitação e Proposta de Preços sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital;
- 3.2. Poderão participar deste **Pregão Eletrônico** quaisquer licitantes que:
  - a) Detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação;



- b) Atendam os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital;
- c) Comproven possuir os documentos de Habilitação requeridos no Item 9 – **Documentação de Habilitação.**

**3.2.1. Será admitida a participação de consórcios, atendidas as condições previstas no Art. 33 da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993, e aquelas estabelecidas neste Edital, da forma a seguir.**

a) Em se tratando de consórcio, as participações de empresas ficam condicionadas, além das exigências contidas neste EDITAL, ao atendimento dos seguintes requisitos:

a.1) Apresentação de instrumento prévio de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, registrado nos órgãos competentes, que não deverá revelar dado contido nas PROPOSTAS COMERCIAIS, do qual constem em cláusulas próprias:

a.2) Denominação do consórcio;

a.3) Composição do consórcio e indicação da empresa líder, à qual serão conferidos amplos poderes para representar os consorciados, ativa e passivamente, em todos os atos necessários durante a LICITAÇÃO, podendo, inclusive, assumir obrigações perante a Administração Pública, que, na hipótese de consórcio entre empresas nacionais e estrangeiras, será sempre empresa nacional.

a.4) Compromissos e obrigações dos consorciados, entre si e em relação ao objeto da LICITAÇÃO, com a especificação, inclusive, se for o caso, da divisão das atividades relacionadas à prestação dos serviços entre as empresas consorciadas;

a.5) Compromisso expresso de responsabilidade solidária dos consorciados pelos atos praticados sob consórcio na fase de LICITAÇÃO e durante a execução da Ata de Registro de Preços, bem como pelos encargos fiscais e administrativos referentes ao objeto da Ata de Registro de Preços até o seu recebimento definitivo;

a.6) Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou sob qualquer forma modificada, desde a entrega da DOCUMENTAÇÃO até a assinatura da Ata de Registro de Preços e daí por diante, exceto com autorização prévia e expressa do MUNICÍPIO de competência exclusiva do titular da Secretaria Municipal Requisitante, desde que mantidas as condições de garantia constantes do edital e da Ata de Registro de Preços.

3.2.2. A inabilitação ou desclassificação de qualquer consorciada acarretará, automaticamente, a inabilitação ou desclassificação do consórcio.

3.2.3. Os documentos de todas as consorciadas deverão ser apresentados de acordo com o previsto neste Edital.

**3.2.4. A empresa consorciada fica impedida de participar de outro consórcio ou de oferecer proposta isoladamente nesta LICITAÇÃO.**

3.2.5. O instrumento de consórcio não deverá revelar dados contidos na proposta, ainda sigilosos.

**3.2.6. A empresa líder deverá ter amplos poderes para representar os consorciados no procedimento licitatório e no contrato, receber, dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;**

**3.2.7. Todos os licitantes do consórcio deverão demonstrar experiência anterior nas atividades exigidas para a comprovação de capacidade técnica, admitindo-se o somatório dos quantitativos de cada consorciado, observadas as regras constantes do EDITAL e nos termos do artigo 33 da Lei nº8.666/93.**

**3.3. As empresas em recuperação judicial poderão participar desde que demonstrem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.**

#### **4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

4.1. O Certame será conduzido pela Pregoeira, que terá as seguintes atribuições:

- a) Coordenar os trabalhos da Equipe de Apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao Certame;
- c) Abrir as Propostas;
- d) Analisar a aceitabilidade das Propostas;
- e) Desclassificar Propostas, indicando os motivos;



- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da Proposta do lance de Menor Preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos.

#### **5. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

5.1. Nos casos de microempresa deverão ser apresentados documento emitido pela Junta Comercial comprovando o regime diferenciado;

5.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.;

5.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 5.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

5.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

5.5. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao Melhor Preço;

5.6. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do Certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do item “a” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do Art. 44 da Lei Complementar Nº 123/2007, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 5.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

d) Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no item 5.6, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do Certame.

5.7. O disposto nos itens 5.4, 5.5 e 5.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

#### **6. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL/S/A**

6.1. Para acesso ao Sistema Eletrônico, os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtida junto às Agências do Banco do Brasil S/A, sediadas no País;

6.2. As Pessoas Jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo-lhes poderes para formular lances de preços e participar de todos os demais atos e operações no Sistema Eletrônico licitações-e;

6.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

6.4. A chave para identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S/A, devidamente justificado;



6.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por sua representante, não cabendo a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas ou ao Banco do Brasil S/A a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

6.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

6.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos;

6.7.1. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção “Acesso identificado”;

6.8. Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, durante a Sessão Pública Virtual do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema Eletrônico ou de sua desconexão.

## **7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

7.1. No julgamento das Propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

## **8. ENVIO DAS PROPOSTA DE PREÇOS**

8.1. O encaminhamento da Proposta de Preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus anexos. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances;

8.2. Ao oferecer sua proposta no Sistema Eletrônico, o licitante deverá preencher, obrigatoriamente, o campo CONDIÇÕES DO PROPONENTE, com as seguintes informações:

a) Especificação completa dos bens, atendendo a todas as exigências discriminadas na Planilha Discriminativa, com a descrição precisa do que pretende ofertar;

b) Preço (s) proposto (s) para o (s) lote (s) ofertado(s), expresso (s) em real (is), junto ao (s) qual (is) considerar-se-ão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes e encargos de qualquer natureza);

c) As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação das mesmas em Sessão Pública. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias.

8.3. No campo Descrição/Observações do sistema deve haver as especificações **MARCAFABRICANTE** de todos os itens, sob pena desclassificação.

8.4. **É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, PROIBIDO ANEXAR PROPOSTAS DE PREÇOS COM TIMBRE, ASSINATURAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**

8.5. Até a abertura da Sessão Pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

## **8.5. DOS PRAZOS E DA ENTREGA**

8.5.1 A licitante deverá fornecer os produtos de forma parcial, de acordo com a solicitação formal do Departamento de Gestão de Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas (DEMAN), após a solicitação encaminhada pelo Departamento, a contratada deve entregar no prazo máximo de 08 dias;

8.5.2. O local da entrega será na sede da DEMAN - Departamento de Gestão de Almoxarifado localizado na Rua Manoel Silvestre



Leite, S/N, Centro, Lauro de Freitas, Cep: 42.703.050.

8.5.3 Caso a Contratada tenha algum impeditivo para o não cumprimento do prazo do item 4.1 deverá comunicar à Administração, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da Ordem de Serviço, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação do impedimento.

8.5.4. Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, ocorrerem serão de responsabilidade da empresa contratada.

## **9. DOS DOCUMENTOS REFERENTES À HABILITAÇÃO**

### **9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Ato Constitutivo, Estatuto Social publicado de acordo com a Lei Federal Nº 6.404/76 ou Contrato Social em vigor e Alterações, devidamente registrado e Consolidado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de Documentos de eleição de seus administradores;
- b) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- c) Cédula de Identidade do representante da empresa;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Registro Comercial, no caso de Empresa Individual.

### **9.2. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas –CNPJ;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) CND/Receita Federal, Fazenda Nacional e INSS(Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa com a Receita Federal e a Fazenda Nacional), inclusive quanto a Contribuições Previdenciárias e de Terceiros (INSS);
- e) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede da empresa;
- f) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Estaduais;
- g) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- h) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho(CNDT)–Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da CLT;
- i) **As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de Regularidade Fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, aplicando-se os termos do item 5 deste Edital;**

### **9.3. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**9.3.1.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da Sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, conforme o caso. A data de expedição da certidão deverá ser de até 30 (dias) dias antes da data de entrega do envelope de Habilitação;

**9.3.2** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social da empresa, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data da apresentação



da proposta.

**9.3.3.** Juntamente com o balanço patrimonial deverá ser apresentada declaração do contador, assumindo responsabilidade pelas informações do balanço.

**9.3.4.** Os balanços das sociedades por ações deverão ser apresentados com ata de aprovação pela assembleia geral ordinária, registrada na Junta Comercial. Fica dispensada esta exigência para pessoa física e Associação ou Cooperativa, sendo dos últimos, exigido a prestação de contas do último exercício financeiro assinado pelo contador.

**9.3.5.** Em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, estas estarão dispensadas de apresentar balanço patrimonial desde. Devendo, no entanto, apresentar em substituição ao Balanço Patrimonial, Declaração formal do contador informando o seu enquadramento no Super Simples Nacional;

#### **9.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**9.4.1.** Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter a licitante executados os serviços pertinentes e compatíveis com objeto desta licitação. Se o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado, em caso de dúvida da autenticidade da assinatura, poderá ser exigido o reconhecimento de firma passada em cartório do titular da empresa que firmou a declaração.

**a)** A Certidão ou Atestado apresentada(s) poderá(ão) ser diligenciado(s) de acordo com o § 3º do Art. 43, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

**b)** Serão aceitos atestados compatíveis e pertinentes àqueles especificados no objeto deste Edital, em um ou mais Contratos, conforme dispõe o § 3º do Art. 30 da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### **9.5. OUTROS DOCUMENTOS**

**9.5.1.** Declaração, sob as penalidades cabíveis, de existência de fato superveniente impeditivo de Habilitação, fornecida pela empresa e devidamente assinada pelo sócio, dirigente, proprietário ou procurador – Anexo II;

**9.5.2.** Declaração de cumprimento do Art. 7º, Inciso XXXIII da Constituição Federal e na Lei Nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Nº 4.358/02, fornecida pela empresa e devidamente assinada pelo sócio, dirigente, proprietário ou procurador - Anexo III;

**9.5.3.** A Pregoeira poderá, eventualmente, consultar a Base de Dados dos Órgãos expedidores da documentação obrigatória mencionada nos itens 9.1 e 9.2;

**9.5.4.** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, a Pregoeira inabilitará o licitante;

##### **9.5.5. Também será Inabilitado o licitante:**

**a)** Que não atender às condições deste Edital;

**b)** Contra o qual venha a restar comprovado, ainda que posteriormente à fase de Habilitação, fato com ela relacionado e que enseje na habilitação.

#### **10. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

**10.1.** A partir do horário previsto no Edital terá início à Sessão Pública Virtual do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando a Pregoeira a avaliar a aceitabilidade das mesmas;

**10.1.1.** A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital;

**10.1.2.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

**10.2.** Aberta à etapa competitiva, os licitantes que tiverem suas propostas classificadas deverão estar conectados ao sistema para participar da Sessão Pública de lances. A cada lance ofertado, o licitante será imediatamente informado de seu recebimento



e respectivo horário de registro e valor;

**10.2.1.** O licitante somente poderá oferecer lance por meio eletrônico e que seja inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

**10.2.2.** Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**10.3.** Durante a Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante;

**10.4.** O Sistema Eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

**10.5.** Após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não sendo admitida negociação de condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

**10.6.** Os documentos relativos a todos dos itens 9 deste Edital, deverão ser encaminhando do original ou cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, para o seguinte endereço:

**A Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas**

**Praça Martiniano Maia - 25 – 1º andar – sala 02 - Centro**

**Lauro de Freitas (BA)**

**CEP: 42702-720**

**Att.: Pregão Eletrônico – Nº 024/2021**

**10.7.** Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital;

**10.8.** Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas no Edital, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo GLOBAL do Pregão Eletrônico;

**10.9.** A adjudicação realizar-se-á na própria Ata de reunião e obedecerá a estrita ordem de classificação;

**10.10.** O proponente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar o detalhamento de sua proposta e as documentações, no prazo máximo de 03 (três) dias, a contar do encerramento da Sessão Pública Virtual, para o endereço mencionado no item 10.6;

**10.10.1.** O detalhamento da proposta, nos termos do item 8, com os valores readequados de acordo com os lances, se for o caso, será apresentada com a assinatura do licitante, sem rasuras, emendas ou entrelinhas e, ainda, com as seguintes informações:

**a)** A razão Social do licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de FAX e, se houver, *e-mail*, e o respectivo endereço, bem como a indicação do Banco, Agência e número da Conta Corrente;

**b)** A descrição completa do(s) bem(ns) ofertado(s);

**c)** Preço(s) unitário(s) propostos para o(s) bem(ns) ofertado(s), com preços que não poderão ser superiores aos valores de referência da Administração, já devidamente corrigido após o encerramento dos lances;

**d)** Prazo de entrega conforme TERMO DE REFERÊNCIA;

**e)** Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias.

**10.11.** No caso de desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

**10.11.1.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Pública do Pregão será SUSPENSA e terá reinício somente após expressa comunicação da Pregoeira aos licitantes;

## **11. ESCLARECIMENTO / IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**11.1.** As razões dos pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao processo licitatório deverão ser enviadas à Pregoeira, até



02 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **durante o horário de expediente, a saber, das 8 horas da manhã até às 14 horas, exclusivamente por meio eletrônico** através do endereço de e-mail [copel2017@yahoo.com](mailto:copel2017@yahoo.com).

11.1.1. Para apresentar impugnação o licitante **OBRIGATORIAMENTE** precisa preencher e apresentar, **juntamente com o pedido**, nos termos indicados acima, o **documento Apresentação de Impugnação contido no modelo do Anexo VI deste Edital**, para que haja o controle viaprotocolo por parte da Administração.

11.2. Até 02 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública qualquer pessoa poderá impugnar o presente ato convocatório, **na forma estabelecida no subitem 11.1;**

11.3. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá a Pregoeira, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 dias;

11.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do Certame;

11.5. Aos Licitantes que apresentarem questionamentos em forma de Impugnação, para obter o retardamento do certame licitatório, aplicar-se-ão as penalidades previstas no Art. 7º da Lei Nº 10.520/2002.

11.6. Todo e qualquer pedido de esclarecimento ou impugnação **enviados após o prazo legal indicado neste Edital ou após o horário de funcionamento da COPEL não serão conhecidos, ocorrendo normalmente a sessão previamente agendada.**

11.7. A data e hora a serem utilizadas para fins deste item serão as indicadas quando do recebimento do email.

## **12. DOS RECURSOS**

12.1. Ao final da Sessão Pública Virtual, qualquer licitante poderá, exclusivamente pelo Sistema Eletrônico, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer. Essa manifestação se fará com o registro da síntese de suas razões, hipótese em que lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias** para apresentação das razões do **RECURSO, juntamente com o documento de Apresentação de Recurso contido no Anexo VI deste Edital**, por meio eletrônico através do endereço de e-mail [copel2017@yahoo.com](mailto:copel2017@yahoo.com), **durante o horário de expediente, a saber, das 8 horas da manhã até às 14 horas, exclusivamente por meio eletrônico**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção do licitante em recorrer importará a decadência do direito de recurso e a Pregoeira adjudicará o objeto do Certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora (s), sendo submetido o presente procedimento a Prefeita para Homologação;

12.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), em regra, terá(ão) efeito suspensivo e será (ão) dirigido (s) à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade;

12.4. Decididos os recursos, a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/ Bahia, fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e encaminhará a autoridade competente que homologará o procedimento licitatório;

12.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Todo e qualquer recurso **enviado após o prazo legal indicado neste Edital ou após o horário de funcionamento da COPEL não será conhecido.**

12.7. A data e hora a serem utilizadas para fins deste item serão as indicadas quando do recebimento do email.

## **13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1. A Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas – **Secretaria de Administração**, convocará o(s) licitante(s) vencedor(es), por escrito, para Assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

13.1.1. A Ata de Registro de Preços, documento vinculativo, obrigacional, que representa o compromisso a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/Bahia – **Secretaria de Administração** e o(s) licitante(s) vencedor(es) do Certame, será



formalizada de acordo com o Anexo III e terá validade de 12(doze) meses, contados da sua assinatura;

**13.1.2.** Eventual contrato decorrente da ata poderá ser firmado pela administração pública e terá vigência de 12 (meses) a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos da legislação correlata;

**13.2.** A critério da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas - **Secretaria de Administração**, obedecida à ordem de classificação, o(s) licitante(s) vencedor (es), cujo(s) preço(s) tenha(m) sido registrado(s) na Ata de Registro de Preços, será(ão) convocado(s) para retirar a Nota de empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, estando as obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao Edital e à respectiva Ata;

**13.3.** O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo IV, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades;

**13.4.** A Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas - **Secretaria de Administração**, não está obrigada, durante o prazo de validade do registro de preços decorrente deste Certame, a firmar as contratações que dele poderão advir, podendo realizar licitações específicas para a aquisição pretendida, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

**13.5.** O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, após realizada a licitação específica, constatar que o preço obtido é igual ou maior que o registrado ou, após negociação, aquiescer o detentor da Ata em baixar o preço registrado, igualando ou tornando-o menor que o obtido em referida licitação;

**13.6.** Se o(s) licitante(s) vencedor(es) recusar(em)-se a assinar a Ata de Registro de Preços, sem justificativa por escrito, aceita pela Autoridade Competente, a Pregoeira, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no item 16 deste Edital e art. 81 da Lei nº. 8.666/93, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, declarar o respectivo licitante vencedor, celebrando com ele o compromisso representado pela assinatura da Ata de Registro de Preços;

**13.7.** Os preços ofertados e registrados serão irrevogáveis, nos termos da legislação vigente.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA A SER CONTRATADA**

14.1. Efetuar a entrega do produto em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo Município, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

14.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

14.3. Se após o recebimento definitivo do produto for encontrado algum defeito, o fornecedor substituirá o item no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do aviso escrito enviado por fax, e-mail ou outro meio hábil;

14.4. Comunicar por escrito à Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

14.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.6. Acatar as determinações dos responsáveis pelo recebimento e conferência dos materiais;

14.7. O fornecimento do produto, de cada nota de empenho, deverá ocorrer em parcela única;

14.8. Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto do contrato;

14.9. Arcar com todos encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;

#### **14.10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

14.10.1. Efetuar o pagamento ao licitante vencedor, quando da sua contratação, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas neste Edital;



- 14.10.2. Receber provisoriamente o material mediante regular aferição de quantitativos, disponibilizando local, data e horário;
- 14.10.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 14.10.4. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos objetos fornecidos, para que sejam corrigidos;
- 14.10.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelo fornecedor;
- 14.10.6. Assegurar-se da boa qualidade dos objetos fornecidos;
- 14.10.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento solicitado, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto e o seu aceite;
- 14.10.8. Aplicar a Adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais.

#### **14.4. DA DESPESA E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**14.4.1.** A despesa decorrente da presente licitação correrá à conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas.

#### **15. DO PAGAMENTO**

**15.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da certificação de que o objeto foi devidamente entregue nas mais perfeitas condições e mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura contendo o n.º do CNPJ da empresa, n.º da conta bancária, nome do banco e da respectiva agência bancária ou boleto bancário;

**15.2.** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à Contratada para as correções necessárias, não respondendo o Município de Lauro de Freitas por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

**15.3.** Serão efetuadas as retenções na Fonte dos impostos, conforme legislação vigente;

**15.4.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

**15.5.** Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da Contratada, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

#### **16. PENALIDADES**

**16.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativas aceitas pela Administração, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar com o município;

**16.2.** As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela contratada, nos seguintes casos:

**16.2.1.** Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato, a critério da Contratante.

**16.2.2.** Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso na entrega ou atraso na substituição do material, até o 30º (trigésimo) dia;

**16.2.3.** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso na entrega ou atraso na substituição do material, até o 60º (sexagésimo) dia, a partir do qual será considerada inexecução total da parcela, cumulada com multa compensatória de até 15% sobre o valor do empenho e rescisão contratual;

**16.2.4.** Impedimento de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para as hipóteses previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002;

**16.3.** Para as hipóteses de descumprimento parcial do contrato, será aplicada multa compensatória de até 10 % (dez por cento)



sobre o valor da Nota de Empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato, sem prejuízo das demais hipóteses previstas na legislação:

- a) a entrega de materiais diversos do especificado neste Termo de Referência ou do oferecido pelo licitante em sua proposta;
- b) a apresentação dos produtos com defeitos, hipótese em que o recebimento poderá ser rejeitado;
- c) a entrega parcial dos materiais solicitados;

\* A critério da Administração, na hipótese de descumprimento parcial prevista na alínea c do subitem 16.3, caso seja conveniente, poderá o objeto ser aceito, sem prejuízo da multa compensatória correspondente e glosa na Nota de Empenho do valor correspondente à parcela não cumprida;

16.4. Para as hipóteses de descumprimento total do contrato, será aplicada multa compensatória de até 15 % (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento total do contrato:

- a) a não entrega do material solicitado ou a não substituição de material rejeitado, após hipótese prevista no subitem 13.2.3;
- b) a recusa injustificada em assinar o termo contratual ou receber a nota de empenho;
- c) reincidência nas hipóteses previstas nas alíneas a e b do subitem 16.3;

16.5 Quaisquer das Sanções Administrativas poderão, a juízo da Administração e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante;

16.6. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao fornecedor;

16.7. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

16.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

16.9. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das Sanções Administrativas, os princípios do devido processo legal e da ampla defesa, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do dia em que tomar conhecimento dos fatos;

16.10. A aplicação das referidas Sanções Administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Administração Pública;

16.11. Em caso de não regularização da documentação entregue anexa à nota fiscal, após o decurso do prazo concedido pelo Município, o contrato será rescindido e será aplicada de multa de 15% sobre o valor do empenho.

## **17. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**

17.1. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

17.2. A anulação do procedimento licitatório induz à da Ata de Registro de Preços;

17.3. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da Ata de Registro de Preços;

17.4. No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Pregão Eletrônico;

18.2. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

18.3. O resultado desta licitação será divulgado no sítio [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e publicado na Imprensa Oficial;

18.4. É permitida a subcontratação para o prestação de serviços do objeto desta licitação, nos termos descritos neste Edital;



- 18.5.** Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação do instrumento convocatório;
- 18.6.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à Sessão PúblicaVirtual deste Pregão Eletrônico constarão em Ata divulgada no Sistema Eletrônico,
- 18.7.** Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília (DF) e, dessa forma, serão registradas no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao Certame;
- 18.8.** Os litígios decorrentes deste procedimento licitatório serão dirimidos no foro do Município de Lauro de Freitas /Bahia.

Lauro de Freitas, 04 de novembro de 2021.

Manoela Cristina Vieira do Nascimento  
**Pregoeira**



**ANEXO I**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado da licitante)*

..... (nome da empresa), inscrita (o) no CNPJ sob o Nº ....., com sede  
..... (endereço completo), interessada(o) em participar do Edital de **Pregão Eletrônico – Nº 024/2021**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, declara, sob as penas da Lei, que não existe fato impeditivo para a contratação desta referida empresa junto à Administração Pública e que a mesma se obriga a comunicar a superveniência do mesmo, caso ocorra.

(local, data)

---

**NOME E ASSINATURA DO DECLARANTE**



**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado da licitante)*

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), inscrito no CNPJ Nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade Nº \_\_\_\_\_ e do CPF Nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(local, data)

\_\_\_\_\_  
**(REPRESENTANTE LEGAL)**



**ANEXO III**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2021.  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2021.**

**PROCESSO Nº 11370/2021.**

**VALIDADE: 12 (doze) meses**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e treze, o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ (MF) sob o Nº 13.927.819/0001-40, com sede na Praça João Tiago dos Santos – Nº 25 – Centro - Lauro de Freitas/ Bahia, representado por sua Prefeita Municipal – Srª Moema Isabel Passos Gramacho, no uso da competência que lhe foi atribuída nos termos do Art. 15 da Lei Federal Nº 8.666/93 e Decreto Municipal Nº 2.413/06, observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das Propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2021**, RESOLVE registrar o(s) preço(s) da(s) **empresa(s) relacionada(s) no item 4**, de acordo com a Classificação por ela(s) alcançada(s), **global**, observadas as condições do Edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ASSEGURAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS DEPENDÊNCIAS DAS SECRETARIAS DESTES MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHA ANEXO NESTE EDITAL**. Especificados no Anexo IV do Edital de Pregão Eletrônico Nº **024/2021**, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

**2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. O Registro de Preços formalizado na presente Ata terá validade de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços será a Secretaria Municipal de Administração, que exercerá suas atribuições.

**4. DOS PREÇOS REGISTRADOS**

4.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do fornecimento registrados na presente Ata, encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no Certame licitatório:

<b>EMPRESA REGISTRADA:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>OBJETO</b>	<b>VALOR REGISTRADO</b>

**5. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A critério da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, Secretaria Municipal de Administração, obedecida à ordem de classificação, o(s) licitante(s) vencedor(s), cujo(s) preço(s) tenha(m) sido registrado(s) na Ata de Registro de Preço, será(ão) convocado(s) para retirar a Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, estando as obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao Edital e à respectiva Ata;

5.2. **A partir da emissão da nota de empenho o detentor da Ata passa a ser considerado como CONTRATADO, obrigando-se a obedecer, além do disposto nesta Ata, os ditames e especificações constantes no Anexo IV, Planilha Estimativa,**



**do Edital de Licitação Pregão Eletrônico Nº 024/2021– COPEL;**

**5.3.** O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo IV, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades;

**5.4.** A Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas não está obrigada, durante o prazo de validade do registro de preços decorrente deste Certame, a firmar as contratações que dele poderão advir, podendo realizar licitações específicas para a aquisição pretendida, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

**5.5.** O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, após realizada a licitação específica, constatar que o preço obtido é igual ou maior que o registrado ou, após negociação, aquiescer o detentor da Ata em baixar o preço registrado, igualando ou tornando-o menor que o obtido em referida licitação;

**5.6.** A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do Certame licitatório, mediante prévia consulta a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, observadas, ainda, as demais regras impostas no Art. 8º do Decreto Nº 2.413/2006;

**5.7.** Os preços ofertados e registrados serão irrevogáveis, nos termos da legislação vigente.

**5.8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.8.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições de uso, funcionamento, conservação e segurança, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta, acompanhamento da respectiva nota fiscal juntamente com todas as regularidades fiscais em dias;

**5.8.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 17 a 27 do código de defesa do consumidor (Lei 8.078/1990);

**5.8.3.** Se após o recebimento definitivo do produto for encontrado algum defeito, o fornecedor substituirá o item no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do aviso escrito enviado por fax, e-mail ou outro meio hábil;

**5.8.4.** Comunicar por escrito a Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

**5.8.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**5.8.6.** Acatar as determinações dos responsáveis pelo recebimento e conferência dos materiais;

**5.8.7.** O fornecimento do produto, de cada nota de empenho, deverá ocorrer em parcela única;

**5.8.8.** Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto do contrato;

**5.8.9.** Arcar com todos encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhista.

**5.9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**5.9.1.** Efetuar o pagamento ao licitante vencedor, quando da sua contratação, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas neste Termo de Referência.

**5.9.2.** Receber provisoriamente o material mediante regular aferição de quantitativos, disponibilizando local, data e horário;

**5.9.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**5.9.4.** Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos objetos fornecidos, para que sejam corrigidos;

**5.9.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelo fornecedor;

**5.9.6.** Assegurar-se da boa qualidade dos objetos fornecidos;

**5.9.7.** Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e seu aceite;



**5.9.8.** Aplicar a adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais.

#### **5.10. DOS PRAZOS E DA ENTREGA**

5.10.1 A licitante deverá fornecer os produtos de forma parcial, de acordo com a solicitação formal do Departamento de Gestão de Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas (DEMAN), após a solicitação encaminhada pelo Departamento, a contratada deve entregar no prazo máximo de 08 dias;

5.10.2. O local da entrega será na sede da DEMAN - Departamento de Gestão de Almoxarifado localizado na Rua Manoel Silvestre Leite, S/N, Centro, Lauro de Freitas, Cep: 42.703.050.

5.10.3 Caso a Contratada tenha algum impeditivo para o não cumprimento do prazo do item 4.1 deverá comunicar à Administração, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da Ordem de Serviço, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação do impedimento.

5.10.4. Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, ocorrerem serão de responsabilidade da empresa contratada.

#### **6. DO PAGAMENTO**

**6.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da certificação de que o objeto foi devidamente entregue nas mais perfeitas condições e mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura contendo o n.º do CNPJ da empresa, n.º da conta bancária, nome do banco e da respectiva agência bancária ou boleto bancário;

**6.2.** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à Contratada para as correções necessárias, não respondendo o Município de Lauro de Freitas por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

**6.3.** Serão efetuadas as retenções na Fonte dos impostos, conforme legislação vigente;

**6.4.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

**6.5.** Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da Contratada, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

#### **7. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**7.1.** Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do detentor da Ata, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

**7.2.** Observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

**7.3.** Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

**7.4.** Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na Ata;

**7.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata;

**7.6.** Consultar o detentor da Ata registrada (observada à ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o material a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata, conforme item 5.6.

#### **8. DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ATA**

**8.1. aquisição de oleos lubrificantes e fluidos de freio**, obedecendo rigorosamente ao disposto no anexo IV (Planilha Discriminativa) do Edital do Pregão Eletrônico Nº 024/2021;

**8.2.** Será obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da presente ATA, caso se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais utilizados, constatadas pelo ÓRGÃO



GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata;

**8.3.** viabilizar o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;

**8.4.** Manter, durante o prazo de vigência da presente Ata, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão Nº 024/2021;

**8.5.** Informar, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, quanto à aceitação ou não dos materiais a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata, conforme item 5.6.;

**8.6.** Será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e por todas as demais despesas quando da execução contratual.

## **9. DAS PENALIDADES**

9.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativas aceitas pela Administração, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar com o município;

9.2. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela contratada, nos seguintes casos:

9.2.1. Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato, a critério da Contratante.

9.2.2. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso na entrega ou atraso na substituição do material, até o 30º (trigésimo) dia;

9.2.3. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso na entrega ou atraso na substituição do material, até o 60º (sexagésimo) dia, a partir do qual será considerada inexecução total da parcela, cumulada com multa compensatória de até 15% sobre o valor do empenho e rescisão contratual;

9.2.4. Impedimento de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para as hipóteses previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002;

9.3. Para as hipóteses de descumprimento parcial do contrato, será aplicada multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato, sem prejuízo das demais hipóteses previstas na legislação:

- a) a entrega de materiais diversos do especificado neste Termo de Referência ou do oferecido pelo licitante em sua proposta;
- b) a apresentação dos produtos com defeitos, hipótese em que o recebimento poderá ser rejeitado;
- c) a entrega parcial dos materiais solicitados;

\* A critério da Administração, na hipótese de descumprimento parcial prevista na alínea c do subitem 9.3, caso seja conveniente, poderá o objeto ser aceito, sem prejuízo da multa compensatória correspondente e glosa na Nota de Empenho do valor correspondente à parcela não cumprida;

9.4. Para as hipóteses de descumprimento total do contrato, será aplicada multa compensatória de até 15 % (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento total do contrato:

- a) a não entrega do material solicitado ou a não substituição de material rejeitado, após hipótese prevista no subitem 13.2.3;
- b) a recusa injustificada em assinar o termo contratual ou receber a nota de empenho;
- c) reincidência nas hipóteses previstas nas alíneas a e b do subitem 9.3;

9.5. Quaisquer das Sanções Administrativas poderão, a juízo da Administração e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante;

9.6. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao fornecedor;

9.7. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

9.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;



9.9. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das Sanções Administrativas, os princípios do devido processo legal e da ampla defesa, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do dia em que tomar conhecimento dos fatos;

9.10. A aplicação das referidas Sanções Administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Administração Pública;

9.11. Em caso de não regularização da documentação entregue anexa à nota fiscal, após o decurso do prazo concedido pelo Município, o contrato será rescindido e será aplicada de multa de 15% sobre o valor do empenho.

## **10. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#);

**10.1.2.** Eventual contrato decorrente da ata poderá ser firmado pela administração pública e terá vigência de 12 (meses) a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos da legislação correlata;

**10.2.** O gerenciador da Ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na Ata;

**10.2.1.** Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, por intermédio do órgão gerenciador do Registro de Preços;

**10.3** Quando o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao preço médio praticado no mercado, o órgão gerenciador solicitará ao detentor da Ata, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos nos termos do subitem anterior;

**10.3.1.** Caso o detentor da Ata não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, devendo o órgão gerenciador convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação;

**10.4** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o detentor da Ata, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a)** Liberar o detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b)** Convocar os demais detentores da Ata visando igual oportunidade de negociação.

**10.5.** Não havendo êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços.

## **11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

**11.1.** O detentor da Ata, assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

- a)** Não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b)** Não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c)** Não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d)** Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**11.2.** O detentor da Ata poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito, ou força maior, devidamente comprovados.

## **12. DA PUBLICIDADE**

**12.1.** O(s) preço(s), a(s) quantidade(s), o (s) detentor(es) da Ata e a (s) especificação(ões) resumida (s) do objeto e as quantidades, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1.** Integram a presente Ata o Processo Administrativo Nº 11370/2021, o Edital do Pregão Eletrônico Nº 024/2021 e as



propostas, com preços e especificações;

**13.2.** As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro do Município de Lauro de Freitas, Capital do Estado da Bahia.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 03(três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS

EMPRESA

SECRETARIA MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

NOME:

NOME:

CPF:

CPF:



**ANEXO IV PLANILHA DISCRIMINATIVA**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado da licitante)*

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Total	Valor Unitário	Secretaria
					SECAD
					Valor total
1	DIJUNTOR UNIPOLAR 10 AMPERES	UND	10	13,20	132,00
2	DIJUNTOR UNIPOLAR 16 AMPERES	UND	10	13,20	132,00
3	DIJUNTOR UNIPOLAR 20 AMPERES	UND	10	13,20	132,00
4	DIJUNTOR UNIPOLAR 25 AMPERES	UND	10	13,20	132,00
5	DIJUNTOR UNIPOLAR 40 AMPERES	UND	20	21,22	424,33
6	DIJUNTOR BIPOLAR 20 AMPERES	UND	20	34,22	684,33
7	DIJUNTOR BIPOLAR 25 AMPERES	UND	30	34,22	1.026,50
8	DIJUNTOR BIPOLAR 32 AMPERES	UND	30	34,22	1.026,50
9	DIJUNTOR BIPOLAR 40 AMPERES	UND	30	36,63	1.099,00
10	DIJUNTOR BIPOLAR 63 AMPERES	UND	40	44,25	1.770,00
11	DIJUNTOR TRIPOLAR 32 AMPERES	UND	20	55,58	1.111,67
12	DIJUNTOR TRIPOLAR 50 AMPERES	UND	30	55,58	1.667,50
13	DIJUNTOR TRIPOLAR 63 AMPERES	UND	30	55,58	1.667,50
14	DIJUNTOR TRIPOLAR 40 AMPERES	UND	30	55,58	1.667,50
15	DIJUNTOR TRIPOLAR 100 AMPERES	UND	20	136,87	2.737,33
16	DIJUNTOR TRIPOLAR 150 AMPERES	UND	20	277,83	5.556,67
17	DIJUNTOR TRIPOLAR 160 AMPERES	UND	10	277,83	2.778,33
18	DIJUNTOR TRIPOLAR 165 AMPERES	UND	10	288,17	2.881,67
19	DIJUNTOR TRIPOLAR 200 AMPERES	UND	10	344,22	3.442,17
20	CABO FLEXIVEL 1,5 MM ROLO COM 100 METROS CORES VERMELHO, AZUL, BRANCO E PRETO	UND	50	179,67	8.983,33
21	CABO FLEXIVEL 2,5 MM ROLO COM 100 METROS CORES VERDE, VERMELHO, AZUL, BRANCO E PRETO	UND	100	261,00	26.100,00
22	CABO FLEXIVEL 4,0 MM ROLO COM 100 METROS	UND	50	473,73	23.686,67
23	CABO FLEXIVEL 6,0 MM ROLO COM 100 METROS	UND	8	705,52	5.644,13
24	CABO RIGIDO 6,0 MM ROLO COM 100 METROS COR PRETA	UND	5	705,52	3.527,58
25	CABO RIGIDO 16 MM ROLO COM 100 METROS	UND	5	1942,00	9.710,00
26	CABO RIGIDO 10 MM ROLO COM 100 METROS	UND	5	1179,83	5.899,17
27	CABO RIGIDO 20 MM ROLO COM 100 METROS	UND	5	2003,00	10.015,00
28	CABO PP 3 X 4,0 MM ROLO COM 100 METROS	UND	10	1467,33	14.673,33
29	CABO PARALELO FLEXIVEL 1,5 MM ROLO COM 100 METROS	UND	10	301,50	3.015,00
30	CABO PARALELO FLEXIVEL 2,5 MM ROLO COM 100 METROS	UND	10	247,33	2.473,33
31	CABO PARALELO FLEXIVEL 4,0 MM ROLO COM 100 METROS	UND	20	1138,83	22.776,67
32	CABO PARALELO FLEXIVEL 6,0 MM ROLO COM 100 METROS	UND	20	833,83	16.676,67
33	TOMADA PADRÃO 10 AMPERES SIMPLES	UND	50	9,12	455,83
34	TOMADA PADRÃO 10 AMPERES DUPLO	UND	50	18,97	948,33
35	TOMADA PADRÃO 20 AMPERES SIMPLES	UND	50	8,80	440,00
36	TOMADA PADRÃO 20 AMPERES DUPLO	UND	100	19,65	1.965,00



37	TOMADA SOBREPOR 10 AMPERES SIMPLES	UND	100	12,80	<b>1.280,00</b>
38	TOMADA SOBREPOR 10 AMPERES DUPLO	UND	100	15,63	<b>1.563,33</b>
39	TOMADA SOBREPOR 20 AMPERES SIMPLES	UND	100	22,00	<b>2.200,00</b>
40	TOMADA SOBREPOR 20 AMPERES DUPLO	UND	100	23,37	<b>2.336,67</b>
41	INTERRUPTOR 1 TECLA	UND	20	7,45	<b>149,00</b>
42	INTERRUPTOR 2 TECLAS	UND	20	13,57	<b>271,33</b>
43	INTERRUPTOR 3 TECLAS	UND	20	17,30	<b>346,00</b>
44	INTERRUPTOR COM TOMADA	UND	20	14,57	<b>291,33</b>
45	INTERRUPTOR SOBREPOR 1 TECLA	UND	50	11,47	<b>573,33</b>
46	INTERRUPTOR SOBREPOR 2 TECLAS	UND	50	16,25	<b>812,50</b>
47	INTERRUPTOR PARELELO 1 TECLA	UND	100	10,15	<b>1.015,00</b>
48	INTERRUPTOR PARELELO 2 TECLAS	UND	100	18,97	<b>1.896,67</b>
49	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOFASICO DE 15	UND	15	12,53	<b>188,00</b>
50	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOFASICO DE 20	UND	25	12,53	<b>313,33</b>
51	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOFASICO DE 25	UND	25	13,20	<b>330,00</b>
52	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOFASICO DE 40	UND	25	15,57	<b>389,17</b>
53	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOFASICO DE 45	UND	25	16,23	<b>405,83</b>
54	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOFASICO DE 60	UND	25	36,83	<b>920,83</b>
55	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOFASICO DE 100	UND	20	124,32	<b>2.486,33</b>
56	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOFASICO DE 160	UND	20	179,17	<b>3.583,33</b>
57	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO BIFASICO DE 20	UND	20	34,22	<b>684,33</b>
58	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO BIFASICO DE 40	UND	30	34,55	<b>1.036,50</b>
59	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO BIFASICO DE 60	UND	50	74,50	<b>3.725,00</b>
60	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO BIFASICO DE 100	UND	30	112,00	<b>3.360,00</b>
61	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO BIFASICO DE 160	UND	10	132,17	<b>1.321,67</b>
62	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIFASICO DE 30	UND	40	57,58	<b>2.303,33</b>
63	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIFASICO DE 50	UND	40	57,58	<b>2.303,33</b>
64	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIFASICO DE 70	UND	50	135,20	<b>6.760,00</b>
65	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIFASICO DE 100	UND	50	136,87	<b>6.843,33</b>
66	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIFASICO DE 160	UND	10	146,87	<b>1.468,67</b>
67	CANALETA 2MM COM ADESIVO	UND	300	10,67	<b>3.200,00</b>
68	CANALETA 4 MM COM ADESIVO	UND	200	15,67	<b>3.133,33</b>
69	CAIXA DE PASSAGEM 20X20	UND	20	29,80	<b>596,00</b>
70	CAIXA DE PASSAGEM 30X30	UND	10	47,42	<b>474,17</b>
71	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO PARA 1 DIJUNTOR	UND	10	9,82	<b>98,17</b>
72	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO PARA 4 DIJUNTOR	UND	10	13,20	<b>132,00</b>
73	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO PARA 8 DIJUNTOR	UND	5	16,25	<b>81,25</b>
74	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO PARA 16 DIJUNTOR	UND	5	27,13	<b>135,67</b>
75	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO PARA 28 DIJUNTOR	UND	5	235,80	<b>1.179,00</b>
76	CAIXA PARA BARRAMENTO DE 24	UND	3	698,00	<b>2.094,00</b>
77	CAIXA PARA BARRAMENTO DE 44	UND	2	945,00	<b>1.890,00</b>
78	CAIXA 4X4 PARA AR-CONDICIONADO	UND	15	64,33	<b>965,00</b>



79	CAIXA 4X2	UND	20	3,04	<b>60,87</b>
80	PLAFON	UND	50	6,43	<b>321,67</b>
81	BOCAL DE PORCELANA PARA LAMPADAS DE 150 220V	UND	10	4,26	<b>42,63</b>
82	BOCAL CONVENCIONAL COM RABICHO	UND	200	4,26	<b>852,67</b>
83	LAMPADA PARA CALHA DE 40	UND	400	11,85	<b>4.740,00</b>
84	REATOR 2X40	UND	100	39,30	<b>3.930,00</b>
85	REATOR 1X40	UND	100	35,92	<b>3.591,67</b>
86	REATOR 2X20	UND	100	39,30	<b>3.930,00</b>
87	REATOR 1X20	UND	100	36,25	<b>3.625,00</b>
88	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 16	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
89	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 20	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
90	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 25	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
91	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 32	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
92	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 40	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
93	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 45	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
94	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 50	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
95	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 55	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
96	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 60	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
97	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 65	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
98	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 70	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
99	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 75	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
100	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 80	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
101	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 85	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
102	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 90	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
103	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 95	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
104	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 100	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
105	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO PINO Nº 150	UND	100	1,02	<b>101,67</b>
106	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 16	UND	100	1,68	<b>168,33</b>
107	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 20	UND	100	1,68	<b>168,33</b>
108	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 25	UND	100	1,68	<b>168,33</b>
109	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 32	UND	100	1,68	<b>168,33</b>
110	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 40	UND	100	1,68	<b>168,33</b>
111	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 45	UND	100	1,68	<b>168,33</b>
112	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 50	UND	100	3,93	<b>393,00</b>
113	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 55	UND	100	4,07	<b>406,67</b>
114	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 60	UND	100	4,07	<b>406,67</b>
115	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 65	UND	100	4,07	<b>406,67</b>
116	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 70	UND	50	4,75	<b>237,50</b>
117	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 75	UND	50	4,75	<b>237,50</b>
118	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 80	UND	50	4,75	<b>237,50</b>
119	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 85	UND	50	4,75	<b>237,50</b>
120	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 90	UND	50	4,75	<b>237,50</b>



121	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 95	UND	50	4,75	237,50
122	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 100	UND	50	4,75	237,50
123	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO OLHAL Nº 150	UND	50	4,75	237,50
124	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 16	UND	100	2,35	235,00
125	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 20	UND	100	2,35	235,00
126	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 25	UND	100	2,35	235,00
127	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 32	UND	100	2,35	235,00
128	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 40	UND	100	2,35	235,00
129	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 45	UND	100	2,35	235,00
130	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 50	UND	100	4,26	426,33
131	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 55	UND	100	4,40	440,00
132	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 60	UND	100	4,40	440,00
133	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 65	UND	100	4,40	440,00
134	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 70	UND	50	4,40	220,00
135	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 75	UND	50	4,40	220,00
136	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 80	UND	50	4,40	220,00
137	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 85	UND	50	5,08	254,17
138	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 90	UND	50	5,08	254,17
139	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 95	UND	50	5,08	254,17
140	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 100	UND	50	5,08	254,17
141	TERMINAIS CONECTORES PRÉ ISOLADO TIPO FORQUILHA Nº 150	UND	50	5,08	254,17
142	FITA ISOLANTE COM 10 METROS	UND	200	5,42	1.083,33
143	LAMPADA DE LED PARA CALHA DE 20	UND	150	35,58	5.337,50
144	LAMPADA COMPACTA DE LED 20 W	UND	100	15,25	1.525,00
145	FITA DE ALTA COM 5 METROS	UND	40	3,72	148,67
146	FITA DE MARCAÇÃO COM 5 METROS CORES DIVERSAS	UND	40	8,80	352,00
147	LAMPADA FLORESCENTE COMPACTA DE 100 127V	UND	40	29,13	1.165,33
148	LAMPADA FLORESCENTE COMPACTA DE 160 127V	UND	40	39,30	1.572,00
149	TAMPA CEGA 4X2	UND	50	2,71	135,50
150	LAMPADA DE LED PARA CALHA DE 40	UND	400	25,08	10.033,33
151	LAMPADA FLORESCENTE COMPACTA DE 40 127V	UND	100	49,47	4.946,67
152	LAMPADA FLORESCENTE COMPACTA DE 60 127V	UND	100	66,75	6.675,00
153	DIJUNTOR TRIPOLAR 250	UND	3	659,73	1.979,20
154	DIJUNTOR TRIPOLAR 300	UND	3	948,33	2.845,00
155	FITA DE MARCAÇÃO VERDE	UND	20	20,67	413,33
156	FITA DE MARCAÇÃO AZUL	UND	20	21,00	420,00
157	LAMPADA FLORESCENTE COMPACTA DE 80 220V	UND	30	94,83	2.845,00
158	LAMPADA FLORESCENTE COMPACTA DE 60 220V	UND	30	66,75	2.002,50
159	BOCAL DE PORCELANA PARA LAMPADAS DE 250 220V	UND	30	5,42	162,50
160	ABRAÇADEIRA TIPO U 1 POLEGADA	UND	20	1,90	37,93
161	ABRAÇADEIRA TIPO U 1 1/2 POLEGADA	UND	20	2,71	54,20
162	ABRAÇADEIRA TIPO U 1 1/4 POLEGADA	UND	20	2,57	51,47



163	ABRAÇADEIRA TIPO U 1 2 POLEGADAS	UND	20	2,91	<b>58,27</b>
164	TERMINAL SAPATA PRESSÃO 6MM	UND	50	2,91	<b>145,67</b>
165	TERMINAL SAPATA PRESSÃO 10MM	UND	50	3,85	<b>192,67</b>
166	TERMINAL SAPATA PRESSÃO 16MM	UND	50	4,74	<b>237,17</b>
167	TERMINAL SAPATA PRESSÃO 25MM	UND	50	5,43	<b>271,33</b>
168	TERMINAL SAPATA PRESSÃO 35MM	UND	50	5,77	<b>288,33</b>
169	TERMINAL SAPATA PRESSÃO 50MM	UND	50	6,45	<b>322,50</b>
170	BARRAMENTO PENTE 63 AMPERES MONOFASICO	UND	40	39,30	<b>1.572,00</b>
171	BARRAMENTO PENTE 63 AMPERES BIFASICO	UND	40	76,25	<b>3.050,00</b>
172	BARRAMENTO PENTE 63 AMPERES TRIFASICO	UND	40	88,08	<b>3.523,33</b>
173	CABO PP 3X2,5 ROLO COM 100 METROS	UND	40	1292,67	<b>51.706,67</b>
174	CONECTOR DE DERIVAÇÃO PERFURANTE CAP.70 16MM	UND	50	10,83	<b>541,67</b>
175	LAMPADA COMPACTA DE LED 10 W	UND	100	11,85	<b>1.185,00</b>
176	REATOR DE PAINEL LED EMBUTIR 32X122 DRIVER POTEN. 40W	UND	50	76,25	<b>3.812,50</b>
177	PAINEL DE LED EMBUTIR 32X122 POTEN. 40W	UND	20	57,92	<b>1.158,33</b>
178	LAMPADA DE LED DE 15	UND	500	21,67	<b>10.833,33</b>
179	LAMPADA DE LED DE 20	UND	150	30,99	<b>4.648,50</b>
180	LAMPADA DE LED DE 30	UND	60	39,89	<b>2.393,20</b>
181	LAMPADA DE LED DE 60	UND	80	83,80	<b>6.704,00</b>
182	LAMPADA DE LED DE 80	UND	50	150,53	<b>7.526,67</b>
183	LAMPADA DE LED TUBULAR DE 20 COM 1,20 METROS	UND	150	26,36	<b>3.954,00</b>
184	LAMPADA DE LED TUBULAR DE 40 COM 1,20 METROS	UND	150	35,60	<b>5.340,00</b>
185	LAMPADA DE LED TUBULAR DE 20 COM 60CM	UND	200	21,92	<b>4.384,00</b>
186	LAMPADA DE LED TUBULAR DE 40 COM 60CM	UND	200	34,27	<b>6.853,33</b>
<b>VALOR TOTAL =====&gt;</b>					<b>449.218,40</b>

A licitante **DECLARA**, que acatará o pagamento da Administração conforme Edital, ao tempo que indica os dados bancários da licitante:

<b>BANCO</b> .....	<b>AGÊNCIA</b> .....	<b>Nº DA CONTA</b> .....
-----------------------	-------------------------	-----------------------------

(local, data)

Representante Legal(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)  
Carimbo da Empresa



**ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

Aquisição de materiais elétricos para assegurar a manutenção preventiva e corretiva nas dependências das Secretarias Municipais de Lauro de Freitas/BA.

**2. JUSTIFICATIVA**

3.1 Os materiais elétricos indicados na presente compra se justificam pela necessidade de assegurar a adequada manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas das dependências físicas onde estão localizadas as Secretarias Municipais de Lauro de Freitas.

3.2 Visa proporcionar o adequado funcionamento da parte elétrica das secretarias municipais, com materiais elétricos, essenciais para realização da manutenção predial e ainda auxiliando os servidores do Departamento de Manutenção na realização de pequenos, médios e grandes reparos, essenciais para a segurança de todas as pessoas que trabalham na Prefeitura de Lauro de Freitas, bem como, a conservação de todos os equipamentos que necessitam de corrente elétrica.

3.3 O processo em epígrafe será na modalidade **Pregão Eletrônico** por meio de Ata de Registro de Preços.

**3- DESCRIÇÃO DO PRODUTO**

Os produtos estão descritos abaixo com suas especificações, unidades e quantidades na tabela do **Anexo I** como parte integrante deste Termo de Referência.

**4 – DA ENTREGA**

4.1 A licitante deverá fornecer os produtos de forma parcial, de acordo com a solicitação formal do Departamento de Gestão de Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas (DEMAN), após a solicitação encaminhada pelo Departamento, a contratada deve entregar no prazo máximo de 08 dias;

4.2. O local da entrega será na sede da DEMAN - Departamento de Gestão de Almoxarifado localizado na Rua Manoel Silvestre Leite, S/N, Centro, Lauro de Freitas, Cep: 42.703.050.

4.3 Caso a Contratada tenha algum impeditivo para o não cumprimento do prazo do item 4.1 deverá comunicar à Administração, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento da Ordem de Serviço, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação do impedimento.

4.4. Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que, porventura, ocorrerem serão de responsabilidade da empresa contratada.

**5 – DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS:**

5.1 A proposta de preços deverá ser apresentada respeitando a especificação técnica, conforme o Termo de Referência, com no máximo duas casas decimais;

5.2. Para a habilitação da empresa são solicitados os seguintes documentos:

5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

5.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

5.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.2.5. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando



situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

5.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

## **6 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

6.1. As despesas deste processo correrão por conta da dotação orçamentária vigente, as quais serão apontadas pelo setor de contabilidade.

## **7- FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

7.1 A fiscalização do contrato será exercida pelo fiscal de contrato o Sr. Fernando Carneiro da Silva Neto matrícula 70.111-1 designado pela Secretaria Municipal de Administração, de Ações e Projetos Estratégicos (SECAD).

7.2. Caso o objeto entregue seja rejeitado pela fiscalização, o mesmo deverá ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus para o Município, reiterando a justificativa de que a demora na entrega prejudicará o andamento das atividades da Secretaria solicitante.

## **8 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA A SER CONTRATADA**

8.1. Efetuar a entrega do produto em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo Município, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3. Se após o recebimento definitivo do produto for encontrado algum defeito, o fornecedor substituirá o item no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do aviso escrito enviado por fax, e-mail ou outro meio hábil;

8.4. Comunicar por escrito à Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

8.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.6. Acatar as determinações dos responsáveis pelo recebimento e conferência dos materiais;

8.7. O fornecimento do produto, de cada nota de empenho, deverá ocorrer em parcela única;

8.8. Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto do contrato;

8.9. Arcar com todos encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;

## **9 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

9.1. Efetuar o pagamento ao licitante vencedor, quando da sua contratação, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas neste Edital;

9.2. Receber provisoriamente o material mediante regular aferição de quantitativos, disponibilizando local, data e horário;

9.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

9.4. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos objetos fornecidos, para que sejam corrigidos;

9.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelo fornecedor;

9.6. Assegurar-se da boa qualidade dos objetos fornecidos;

9.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento solicitado, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto e o seu aceite;

9.8. Aplicar a Adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais.



## **10 - DO PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da certificação de que o material foi aceito e devidamente atestado, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura contendo o n.º do CNPJ da empresa, n.º da conta bancária, nome do banco e da respectiva agência bancária;

10.2. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos a empresa para as correções necessárias, não respondendo Município de Lauro de Freitas por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

10.3. Serão efetuadas as retenções na fonte dos impostos, conforme Legislação vigente;

10.4. Nenhum pagamento será efetuado a empresa, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

10.5. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da empresa, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

## **11 - RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

11.1. O objeto dessa licitação será recebido pelo Departamento de Gestão de Almoxarifado, após conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado;

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.3. O fornecedor deverá efetuar a troca dos produtos que não forem aceitos por estarem em desconformidade com a quantidade, qualidade e especificações deste Termo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar de sua notificação, via fax ou correio eletrônico, sem quaisquer ônus à PMLF;

11.4. Procedida à conferência, a consequente aceitação será feita definitivamente pela Unidade solicitante, mediante certidão do servidor responsável pelo recebimento;

11.5. Se no ato da entrega dos produtos a Nota Fiscal/Fatura não for aceita pela Unidade Solicitante, devido a irregularidades em seu preenchimento, esta será devolvida para as necessárias correções, passando a contar o recebimento provisório a partir da data de sua reapresentação.

## **12 – PENALIDADES**

12.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativas aceitas pela Administração, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar com o município;

12.2. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela contratada, nos seguintes casos:

12.2.1. Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato, a critério da Contratante.

12.2.2. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso na entrega ou atraso na substituição do material, até o 30º (trigésimo) dia;

12.2.3. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso na entrega ou atraso na substituição do material, até o 60º (sexagésimo) dia, a partir do qual será considerada inexecução total da parcela, cumulada com multa compensatória de até 15% sobre o valor do empenho e rescisão contratual;

12.2.4. Impedimento de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para as hipóteses previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002;



12.3. Para as hipóteses de descumprimento parcial do contrato, será aplicada multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato, sem prejuízo das demais hipóteses previstas na legislação:

- a) a entrega de materiais diversos do especificado neste Termo de Referência ou do oferecido pelo licitante em sua proposta;
- b) a apresentação dos produtos com defeitos, hipótese em que o recebimento poderá ser rejeitado;
- c) a entrega parcial dos materiais solicitados;

\* A critério da Administração, na hipótese de descumprimento parcial prevista na alínea c do subitem 12.3, caso seja conveniente, poderá o objeto ser aceito, sem prejuízo da multa compensatória correspondente e glosa na Nota de Empenho do valor correspondente à parcela não cumprida;

12.4. Para as hipóteses de descumprimento total do contrato, será aplicada multa compensatória de até 15 % (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, podendo ser cumulada com rescisão contratual. Considerar-se-á descumprimento total do contrato:

- a) a não entrega do material solicitado ou a não substituição de material rejeitado, após hipótese prevista no subitem 13.2.3;
- b) a recusa injustificada em assinar o termo contratual ou receber a nota de empenho;
- c) reincidência nas hipóteses previstas nas alíneas a e b do subitem 12.3;

12.5 Quaisquer das Sanções Administrativas poderão, a juízo da Administração e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante;

12.6. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao fornecedor;

12.7. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

12.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

12.9. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das Sanções Administrativas, os princípios do devido processo legal e da ampla defesa, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do dia em que tomar conhecimento dos fatos;

12.10. A aplicação das referidas Sanções Administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Administração Pública;

12.11. Em caso de não regularização da documentação entregue anexa à nota fiscal, após o decurso do prazo concedido pelo Município, o contrato será rescindido e será aplicada de multa de 15% sobre o valor do empenho.

**14 – FONTE DE RECURSO –** Tesouro - 00

**15 - PRAZO DA EXECUÇÃO / CONTRATUAL:** 12 meses, após a assinatura contratual.



**ANEXO VI**  
**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO OU RECURSO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**LAURO DE FREITAS**

Nome/Razão Social

\_\_\_\_\_

Endereço

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Insc. no Cadastro Físico Social

Insc. no Cadastro Econômico Social

**Senhor (a) Prefeito (a):**

Requer:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Telefone p/ contato: \_\_\_\_\_

Nestes Termos Pede Deferimento \_\_\_\_\_

, de \_\_\_\_\_

de \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_